Ambiente & Educação
Revista de Educação Ambiental

E-ISSN 2238-5533
Volume 26 | nº 2 | 2021
Artigo recebido em: 20/09/2021
Aprovado em: 12/12/2021

Roberth De-Carvalho
[Instituto Federal de Santa Catarina, Instituto Federal de Santa Catarina].

PESTES CONSTITUINDO AMBIENTES: SENTIDOS DA PERIFERIA SUL GLOBAL

Pests constituting environments: meanings from the global South periphery

Resumo

As inter-relações entre sujeito, ambiente e tecnociência têm mobilizado grandes desafios em projetos liberais. Isso se acirra em eventos com pestes, uma vez que essas dizimam parcelas expressivas de populações da periferia Sul global. Pela Análise de Discurso franco-brasileira, selecionamos divulgações de historiografias que abordam sobre pestes ao longo da história, para compreender as inferências sobre o imaginário daqueles ambientes, e como tais eventos promoveram e têm promovido vigilâncias epidemiológica e epistemológica, constituindo outros ambientes. Dessas análises, depreendemos que as pestes operam importantes relações de poder e de força, deflagrando relevantes sentidos para a educação tecnocientífica e ambiental.

Palavras-chave: Sentidos de ambiente. Historiografia da peste. Vigilância epidemiológica. Vigilância epistemológica. Análise de discurso.

Abstract

The interrelationships among subject, environment and technoscience have mobilized great challenges from liberal projects. This is intensified in pest events, since these decimate expressive portions of populations in the global South periphery. By Franco-Brazilian Analysis of Discourse, we selected historiography disclosures that address pests throughout history, to understand the inferences about the imaginary of those environments, and how such events promoted and have promoted epidemiological and epistemological surveillance, constituting another environments. Of these analyses, we infer that pests operate important relations of power and strength, triggering relevant meanings for technoscientific and environmental education.
Keywords: Meanings of environment. Pest historiography. Epidemiological surveillance. Epistemological surveillance. Analysis of discourse.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história das civilizações, eventos com pestes definiram espaços geográficos, formas de agir e de se relacionar, hábitos, humanidades e não-humanidades, quando atentamos para as inter-relações sujeito-ambiente-tecnociência. Estas que derivam outras relações primárias, como: sujeito-ambiente e sujeito-tecnociência. Por esse foco de análise, podem emergir relevantes sentidos em como o pensamento sobre ambientes vão se constituindo, ante tais eventos, deslocando-se entre os entes humano e não-humano.

E, por esse jogo discursivo, orientamos a pergunta central deste ensaio, em: Como as pestes, ao longo das civilizações, constituíram e têm constituído o imaginário relativo ao ambiente? Dessa forma, nosso objetivo geral é: Analisar a forma-conteúdo de textos e discursos historiográficos que abordam eventos com pestes, para compreender as inferências sobre a formação imaginária de ambientes. Como também, como tais eventos promoveram o que entendemos por vigilâncias epidemiológica e epistemológica, constitutivas desses ambientes.

Por essas interlocuções sujeito-ambiente-peste, marcamos deslocamentos sutis mas também incisivos, ao atentarmos para a polissemia da palavra ‘ambiente’, na centralidade de projetos (neo)liberais, desde as circum-navegações, atravessando o marco da Revolução Industrial, pelo marco ocidental, do século 18, até o presente.

Sobre textos e discursos historiográficos, trabalhamos com a perspectiva franco-brasileira da Análise de Discurso, em tais corpora. Pela autoria da pesquisadora linguista brasileira Eni P. Orlandi (1990, 2015, 2017), selecionamos fragmentos que contêm descrições sobre acometimentos, em especial, da peste bubônica (na Europa do século 14), da febre tifóide e da malária, que surgiram antes da presente era.

Por esse ponto de inflexão, encontramos caminhos de (di)convergência e insurgência socioambiental e histórico-política, tanto como avanço tecnocientífico quanto na mercantilização do ambiente. Com isso, entendemos a urgência de soluções locais, compartilhadas em rede, pressuposto global e regional para um revisionismo de ambientes quanto à naturalização de sentidos racializados, heteropatriarcais, neoliberais, e, portanto, fragmentários. Importantes temas-problemas para pesquisas em Educação Ambiental, dentro da educação científica e tecnológica.

Dessa perspectiva, anunciamos a prerrogativa do direito à vida, em ambientes não-humanos, que, dadas as diversas intervenções antrópicas, são tomados como ‘recurso’ para a geração de artefatos e insumos, como bases de sustentação da ‘modernidade’ (QUIJANO, 2005). Esta que institui premissas capitais, raciais e civilizatórias, em termos do que seja progresso ou desenvolvimento. E, isso se processa, conforme conclui Santos (2010), a partir de um marco zero: o colonialismo. O autor situa que modernas concepções de conhecimento e direito surgem nos séculos 17 e 18, tanto pelo que instituem como pelo que silenciam. Tais concepções alocam sujeitos da modernidade pelas atuais sociedades civis organizadas, sendo os mesmos egressos do que o autor entende por ‘estado de natureza’. Com isso, segrega-se uma vastíssima humanidade que, dentro do pensamento abissal, está condenada a esse ‘estado de natureza’: as colônias no Sul global. Mas, coopta-se a geoeconomia de seus ambientes: solos, subsolos, mananciais, vegetações.

> A modernidade ocidental, em vez de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza, separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemônico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efetivamente com não-existente o estado de natureza. (SANTOS, 2010, p. 37).

Queremos ressaltar, por esse marco colonial, a centralidade do 'pensamento abissal', demarcando que: "Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para inquirição científica." (SANTOS, ibid., p. 34).

Tais questões surgem como importantes pautas dentro da educação científica e tecnológica formal, não-formal e informal/incidental, operando sobre relações mais amplas de produção tecnocientífica, como: formação de pesquisadores, professores e estudantes, para a Educação Ambiental; pesquisas acadêmica e empresarial/industrial; políticas institucionais; estudos e pensamentos sobre 'sustentabilidade', capacidade suporte ambiental (*carrying capacity*) e efeito estufa/diminuição de emissões[1]; fóruns ambientais; legislações de defesa do mar-oceano; redes e políticas de proteção à terra nativa (a exemplo do que tem sido chamado *marco temporal*[2], dentro do Projeto de Lei n. 490/2007). Ou ainda, sobre a Agenda 2030, quanto aos Objetivos da Organização das Nações Unidas (ONU), para o desenvolvimento sustentável (ODS).

Nesse ponto de discussão, pretendemos levar à compreensão como as pestes produzem sentidos, tanto do lado de lá da 'linha abissal epistemológica' (do Centro) quanto do lado de cá dessa linha (da periferia Sul global). E, por tais sentidos, situamos o 'estado de natureza' que, a partir das pestes, fora se (des)constituindo ao longo da história, disputando discursos hegemônicos, na formação de um imaginário que sustém as atuais 'sociedades civis'.

Assim, quanto a esse imaginário, cabe pensarmos sobre sentidos que se dispersam por áreas tecnológicas, quando referem-se a termos como: selva,

1 No que tange às emissões, atentamos para acordos da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), realizada em Glasgow, na Escócia, entre 1º e 12 de novembro de 2021, cujos líderes, no relatório final, substituíram a palavra "eliminação" por "redução", remetendo-se ao uso industrial do carvão. Operando, assim, relações de força e de poder nesse ambiente mercadológico, embora siga acelerando o efeito estufa no ambiente global.

2 Termo do glossário neoliberal, que define como terras demarcáveis exclusivamente as que possuam comprovação de ocupação/habitação à época da promulgação da Carta Magna, ou seja, 5 de outubro de 1988. Assim, dentro do espaço-tempo brancocêntrico e patriarcal do colonizador, institui o que é ambiente originário e o que é ambiente destinado ao extrativismo e ao agronegócio. Esse é um projeto de lei de autoria do deputado federal do Partido dos Republicanos (PR), o homem branco Homero Pereira (falecido em 20 out. 2013). O referido deputado era técnico de nível médio, tendo trabalhado como agricultor.

mata nativa, mata viva, mata virgem (na Engenharias Florestal e Agronômica); jardim de inverno, ambiente climatizado, área verde (na Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Civil); reserva ambiental, parque ecológico, áreas de preservação/proteção permanente, parques urbanos e lineares (Geografia, Botânica, Engenharias Ambientais); estufa de vidro (nas Engenharias Civil e Agronômica); terrários (na Biologia). Ou seja, a forma-conteúdo com que essa linguagem se naturaliza na escola, nas instituições, nos sistemas de comunicação midiática, nas redes sociais, nas plataformas de *streaming*, impactando, diretamente, sobre a vigilância e o controle do ambiente, tanto em nível epistêmico quanto epidêmico.

Do exposto, certo é que discursos/textos político-econômicos tergiversam sobre: vulnerabilidades sociais (quanto a insegurança alimentar, fome, desnutrição), ecocídios (quanto a agrotóxicos/defensivos agrícolas/biocidas, desmatamentos/desflorestamento, incêndios criminosos, monoculturas), terras de povos originários (quanto a grilagens, usucapião, marco temporal, apropriação indébita, invasão, saques, desapropriações, deslocamentos). Ou, ainda, contra movimentos de resistência e defesa da terra (quando se trata do Movimento Sem-Terra, no Brasil; da organização ativista Greenpeace; do direito à demarcação de terras indígenas e quilombolas).

Voltando nossa atenção para tais componentes pessoais e não-pessoais, no processo constitutivo da linguagem, sobre a palavra ‘ambiente’, organizamos os argumentos nas seguintes partes: levantamento de alguns sentidos sobre ‘ambiente’, a partir de um acontecimento ocorrido no Sul brasileiro, na década de 2010; procedimentos metodológicos; análise e discussão dos resultados; considerações finais.

EL MATE SOLITO EN EL TIEMPO DEL CORONA[3]: POR UM SENTIDO PLURAL DE ‘AMBIENTE’

3 Nominamos para subtítulo desta seção uma expressão que faz referência à obra: *O Amor nos Tempos do Cólera*, prêmio Nobel de literatura, do autor mexicano Gabriel García Márquez (1927-2014), para evidenciar a similaridade de processos e distopias culturais e afetivas, em contextos epi-pandêmicos. Como também, a mesma compõe-se de sugestão e relato de observação do pesquisador brasileiro, o oceanólogo Washington Luiz dos Santos Ferreira (Ching), natural e radicado naquela região, que gentilmente nos concedeu. (Lattes do referido pesquisador disponível em: http://lattes.cnpq.br/1038039206244352).

Desde el Sur, do lugar de afro-latino-americanos e habitantes dessa periferia global, vivenciamos grandes impactos socioculturais, a rebote do surto do novo coronavírus (causador da pandemia da Covid-19), na porção meridional da América Austral. A exemplo de expressões e manifestações culturais transfronteiriças acerca do hábito ritual com o 'chimarrão', e vertentes similares, associadas às diversas infusões da erva-mate, *Ilex paraguariensis*, que passamos a analisar, a partir de um curioso fato, ocorrido em 2010, sobre a linha de fronteira Barra do Chuí / *Barra del Chuy*, junto à foz do arroio binacional, Brasil-Uruguai.

Naquele ano, houve um intempestivo processo de interdição, tácito e coletivo (como se, por algum decreto), do tradicional e fraterno uso compartilhado de cuias de chimarrão, e suas redes de solidariedade. Uma diluição de fatos científicos, por representantes legitimados que se empenharam na produção de discursos negacionistas e fundamentalista, em variados canais midiáticos (oficiais e oficiosos), de ideologias fascistóides, que desencadearam outras tantas mortes, neste *cono Sur*, refúgio de caudilhos e milicianos.

À época, contrariamente à tradição cultural compartilhada há séculos, ao longo do bioma e território transnacional da pampa, *los Hermanos*, do lado sul da referida barra *del arroyito,* ao tomarem seu indispensável chimarrão, faziam-no isoladamente. Cada qual com aparato próprio (cuia, bomba e garrafa térmica), nunca compartilhando o ato de sorver, na mesma bomba, a bebida com familiares, amigos e vizinhos; parte constitutiva das interações sociais e demonstrações de cordialidade, mesmo para com estranhos recém-chegados.

O impacto desse fato ecossociológico, insólito e contraditório ao imaginário coletivo e à vida cotidiana daquelas comunidades, antes uma ficção política que uma realidade social, causou estupefação, pela tentativa de compreeder o comportamento. Como única hipótese científica plausível, levantou-se a possibilidade de ser alguma nova enfermidade, gerando o *extrañamento*; porém, não se encontrou, naqueles anos 2010, explicações satisfatórias, nem discussões públicas sobre o fato. Silenciavam o tema, naturalizando a obscuridade dominante, reinventando uma realidade paralela, ao desconsiderar o passado longínquo (e que perdura no presente), no qual

compartir el mate era uma questão de civilidade, em metrópoles, povoados e aldeias.

Do lado de cá da linha abissal, o uso compartilhado e consensual de espaços, de tempos e de 'ambientes' opera uma resiliência de corpos, mentes e espíritos capaz de instaurar, manter e aperfeiçoar tecnociências, para proteção de formas de vida e de viver, quer humanas ou quer não-humanas. Outro fato ecossociológico que se contrapõe a essa e a outras (muito prováveis) enfermidades contidas no pensamento limítrofe da geopolítica hegemônica.

Por essa epistemologia da resistência, dentro das variáveis 'espaços' e 'tempos' (tomadas no plural), queremos nos referir a formas, modos e gestos de existir e de existências (ambos não-dicotomizados em: humano *vs.* natureza, na instituição da modernidade ocidental), bem como a latentes conteúdos que anunciam diversidades, e que nos são necessários, permanentes e urgentes.

Tomamos, assim, o pensamento de Baptista, Guimarães e Sánchez (2020), ao se referirem a sentidos da cultura de povos Guarani, como importantes "marcadores epistemológicos", partindo da Educação Ambiental, sendo:

> […] elementos da **alteridade radical** que nos forçam a revisitar nossa própria cultura, no esforço de um processo de encontro dialógico de culturas. Para muito além de comparações ou equivalências, os marcadores epistemológicos são chaves que abrem as portas do pensamento e da revisão de nossos próprios elementos culturais. (BAPTISTA; GUIMARÃES; PEREIRA, 2020, p. 7, grifos nossos).

Com isso, nossa atenção recai sobre deslocamentos de sentidos que adjetivam essa vertente estratégica de Educação: o Ambiental. Isso nos impele a uma releitura sobre dimensões: socioculturais (*vs.* processos universalizantes), tecnológicas (pela tendência da tecnocracia, na ideologia do *establishment* neoliberal), sociocientíficas (pelo silenciamento de variadas compreensões quanto a problemas-existência, ante o pressuposto da outridade, para superar contigências da periferia Sul global) e linguísticas (nas relações intersubjetivas que se dão em ambientes: identidades étnicas; saberes/conhecimentos; raças; gêneros). Assim, dialogamos, do lugar/posição

de analistas afro-latino-americanos, partindo de uma constitutividade ancestral que se centra naqueles/as

> [...] que viviam outras relações construídas e adaptadas ao longo de centenas ou milhares de anos a partir de conhecimentos ecológicos, tornaram-se os outros sem história, desterritorializados e desterrados. Se observarmos algumas das características das sociedades autóctones deste imenso território percebemos, em sua centralidade, um corolário de formas de viver não predatórias, cultivando o tempo, os múltiplos ritmos da natureza em suas rotinas, gramáticas e buscando biotecnologias […] (RUFINO; CAMARGO; SÁNCHEZ, 2020, p. 2-3).

E, nesse ponto, nos remetemos ao interacionismo originário, orgânico, como "política e poética de Terrexistência descolonial", conforme o requer Rufino, Camargo e Sánchez (2020), ao compreenderem a "educação ambiental na perspectiva que assumimos *desde el sur*, portanto, se aproxima das experiências e vivências que se constituíram de maneira integrada […]" (p. 6); e, segundo "Bas`Ilele Malomalo[4] (2019) chama de defesa dos *direitos biocósmicos*, ou seja, do reconhecimento de um sujeito que se constitui eco-ontologicamente a partir de suas ancestralidades entrelaçadas com sua ecossistemologia social." (RUFINO; CAMARGO; SÁNCHEZ, ibid., p. 7).

Tudo isso implica em uma releitura de sentidos, em historicidade ecossociológica, bem como as devidas e responsáveis associações que lhes cabem (quer sejam metodologicamente comparativas, ou quer complementares), em 'tempos presentes' diversos (esses, em perspectivas, dadas as pluralidades não-racializadas de existir), inferindo sobre o currículo, tanto acadêmico como de vivências efetivas e afetivas, para o que entendemos dentro do que deva competir a formadoras/es em Educação Ambiental.

Assim, pelo legado dessa historicidade ecossociológica, valemo-nos do método comparativo, para a rememoração desse fato que se contrapõe ao que nos tem sido imperativo, desde fevereiro de 2020, pela pandemia da Covid-19, no trato com o ambiente: distanciar-nos e isolar-nos do coletivo. Pois, como dissemos, assumirmos uma historicidade ecossociológica, que é intrinsecamente inter-relacional, não caberia, se se dissipasse a integralidade orgânica do 'ambiente'. E, caso isso se dê, estariam fragilizadas as notificações sobre fatos ecossistêmicos (quer pela intencionalidade ou não; quer pelo

4 Pesquisador e professor universitário, natural do Congo e radicado no Brasil.

imperativo mercadológico; quer por vieses ideológicos de poder; ou, ainda, quer estejam eivadas de ruídos tecnocráticos), dada a ruptura comunicativa de ‘espaços’ e de ‘tempos’ que pode se dar entre sujeitos/as, em suas múltiplas existências (éticas, étnico-raciais, religiosas, de gênero, políticas, estéticas, linguísticas, etc.). E, de outra forma-conteúdo (evocativa da Educação Ambiental), cujas interações epistêmicas e socioculturais são capazes de produzir sentidos sobre totalidades, potencializando a justiça socioambiental, em que interagem, equânimes, humano e não-humano, para a constituição de quaisquer fatos ecossistêmicos.

A exemplo do fato corrente, em que fomos confrontados com milhões de óbitos gerados pelo *Sars-Cov-2* (agente etiológico da Covid-19), o que nos impeliu ao isolacionismo - para além daquela não partilha de chimarrão, do estranho acontecimento nos anos 2010. Isso tem fragilizado articulações entre coletivos, aprendizagens sobre leituras de corpo, comportamentos afetuosos e fraternos, interações entre iguais e desiguais, ajudas mútuas, olhar em olhos ou ler expressões que buscam por ajuda, ou na boca que sente fome (em parte, restritos devido o uso de máscaras).

Projeções exponenciais desses afastamentos incidem e aprofundam históricas racializações e marginalizações ambientais de: favelas, guetos, periferias, morros, comunidades ribeirinhas, palafitas, vilas, aldeias, quilombos, tribos, se nos voltarmos aos grupos humanos mais contingenciados.

> *Os moradores nas periferias pobres das cidades, favelas, barriadas, slums, caniço, etc.* Segundo dados da ONU Habitat, 1,6 mil milhões de pessoas não têm habitação adequada e 25% da população mundial vive em bairros informais sem infraestruturas nem saneamento básico, sem acesso a serviços públicos, com escassez de água e de eletricidade. Vivem em espaços exíguos onde se aglomeram famílias numerosas. Em resumo, habitam na cidade sem direito à cidade, já que, vivendo em espaços desurbanizados, não têm acesso às condições urbanas pressupostas pelo direito à cidade. Sendo que muitos habitantes são trabalhadores informais, enfrentam a quarentena com as mesmas dificuldades acima referidas. Mas além disso, dadas as condições de habitação, poderão cumprir as regras de prevenção recomendadas pela OMS? Poderão manter a distância interpessoal nos espaços exíguos de habitação onde a privacidade é quase impossível? Poderão lavar as mãos com frequência quando a pouca água disponível tem de ser poupada para beber e cozinhar? (SANTOS, 2020, p. 18, grifos do original).

Se de um lado o ambiente produz possibilidades de interações humanas, de outro, o mesmo ambienta desigualdades, por uma estrutura pré-estabelecida de poder racializado, via de regra, de poder estabelecido.

Historicamente, com e para a 'raça' que define as relações de força e de poder, na qual se firma a branquitude – assim como (e a partir da qual) se firmam as demais racializações, com suas declinações socioculturais, dentro do chamado Novo Mundo. Assim, hierarquizaram-se os mundos, em: velho mundo, tido como o padrão civilizatório e universal; e, o novo mundo, das ex-colônias, pelo grito: *Terra à vista!* (ORLANDI, 1990).

> Se, no entanto, observarmos desse outro lugar, poderemos explicitar o silêncio que é produzido quando se fala das grandes descobertas e das *Singularidades* do Novo Mundo. Nesta outra formação discursiva se falaria antes da *formação de um novo Estado*, de uma nova 'pólis' com todas as implicações que daí decorrem. (ORLANDI, 1990, p. 120, grifos do original).

Dessa forma, instituiu-se o 'ambiente civilizatório', o que nos propuseram, pelos recursos de civilizar-nos. Do lado de lá da *linha abissal epistemológica* (SANTOS, 2010): tudo o que se presume em uma matriz de necessidades, de problemas, ou modelações (inter)subjetivas, ajustando-nos, como a uma extrusora[5] universal. Do lado de cá da linha: instala-se o atributo do recurso natural; das reservas de biodiversidade; da cobertura verde; do agronegócio de escala; da patente verde; da 'energia limpa'; da aplicação de justiça, dependendo do mérito de quem a alcança. O ambiente é tomado por facetas mercantilistas e pragmáticas, dentro de uma racionalidade instrumental que o investiga, o tem como método, objeto de estudo, meio/recurso e produto/resultado. Tudo para controlá-lo.

Se formos pensar em formas e conteúdos de sobrevivência, tomados por esse viés humanizador, que defendemos ser objetivo central desse processo, cabe questionarmos:

> Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A

5 Referimo-nos, metaforicamente, ao processo mecânico de produção de componentes de forma contínua e repetida, seguindo uma guia-padrão, para a modelagem de peças, conforme interesses projetados pelo produtor. Ou seja, pelo processo chamado 'extrusão'. Poderíamos aproximar esse pensamento, também, da produção de algo em série, como em serviços serigráficos ou gráficos. Por essa forma, compreendemos a formação imaginária e muitos efeitos de sentido que a branquitude constituiu (e instituiu), quanto ao que não-brancos são do lado de cá da *linha abissal epistemológica* (SANTOS, 2010).

> modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (KRENAK, 2019, p. 12).

E, por esse processo de modernização, que também é um processo embranquecedor do ambiente verde, não-humano, conformamo-nos às nuances pragmáticas sobre desenvolvimentismo e progressismo, que o ambiente humano precisa para 'evoluir', capitalizar-se. Embora nem todos sejam tidos como humanos (se há litígio entre 'raças'), uma vez que potentes mecanismos de colonialidade replicam o imaginário, quanto ao que seja o Outro, para excluí-lo da condição cívica ou cidadã, como: o estrangeiro, o indígena, o negro favelado, o quilombola, o refugiado, o anistiado, o LGBTQIA+ (quer sejam brancos ou não, mas sendo periféricos). Com isso, mantém-se a forma-conteúdo de ser, de fazer e de estar ambientalmente nas sociedades, pela condicionante desse Outro, em estado latente de pobreza, ou seja:

> [...] os *POBRES* (categoria ampla que coloca toda forma de opressão no mesmo saco), é que são o argumento. E se fala da pobreza para se falar de tudo (de terra, de educação, de eleições etc.). A 'pobreza' representa hoje um dos 'termos' necessários para o confronto de forças e sentidos, tal como o foi com exclusividade o índio no discurso da colonização e catequese. (ORLANDI, 1990, p. 137 - em nota de rodapé, grifos do original).

Do exposto, compreendemos o sentido plural de 'ambiente', que se afeta por interseccionalidades, em um imaginário que o racializa, entre o acontecimento deflagrado na Barra do Chuí, em inícios dos anos 2010, declinando para uma vigilância epidemiológica comunitária, enviesada por causas estranhamente não compreensíveis; assim como o ambiente epistemológico, sortido de vigilâncias intercruzadas, sobre existências que a modernidade permite serem possíveis, ou não. E, esse exige arremates e contornos de tecnociência, para a solução da subalternidade, da pobreza, do Outro (pela condição de incivilizado, não-branco, não-cis), disperso por ambientes de sertão, de deserto, de selva, de mata cerrada, controlados ao bel prazer de detentores do poder de racializá-los, de domesticá-los. E, assim, como aqueles se propõem, de civilizar-nos.

Logo, entre ambientes epidemiológico e epistemológico, flutua uma humanidade, não a que estabelece as regras em jogo, ou a que impõe a legislação, ou a que executa a lei, ou, ainda, a que determina a sentença; pois essa já *É*. Queremos tratar, então, com Outra humanidade, a que luta para Ser, para existir, a que resiste, para pertencer aos referidos ambientes, mas que por esses transita sob ameaça.

Vivemos um estranho presente, em que parte da humanidade manifesta saudosismos por regimes sociopolíticos usurpadores de vidas e de pluralidades de existir. Obscurantistas, monocráticos, confrontando a Outra humanidade, sociologicamente minorizada (à exceção de alguns racializados que desviam-se psicossocialmente, em distopias[6], na contramão da História). Aquela que sente e morre de fome, de frio, ou morre, ainda, por falta de saneamento ou assistência básica de saúde: pautas recorrentes e fervorosas em discursos de palanque eleitoral. E, que durante as pestes, precisam re-existir, para provar que *SÃO*.

Por esse jogo retórico, na acepção da categoria 'ambiente', em suas interseccionalidades socioculturais e políticas, apresentamos, a seguir, os procedimentos metodológicos dessa análise.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Selecionamos, para corpora de análise, textos e discursos historiográficos contendo eventos com pestes, sobre os quais empregamos a Análise de Discurso franco-brasileira. Com esse viés teórico-metodológico, que define o corpora como 'dispositivo teórico', descrevemos e interpretamos sentidos que produzem tais fragmentos, quanto ao imaginário de 'ambiente'. Com isso, nosso 'dispositivo analítico' é: analisar a forma-conteúdo de fragmentos historiográficos que, ao relatarem eventos sobre pestes, constituem um imaginário de ambiente. E, considerando que o imaginário é algo que nos

6 Chamamos atenção para sujeitos negros, mestiços e demais não-brancos, alinhados, ideologicamente, a tais regimes, por suas formas de ver e de estar no mundo. Ou, ainda, aqueles sujeitos cooptados, para apagarem/silenciarem ou negarem fatos históricos, ecossociológicos, desdenharem de lutas e trajetórias de resistência, ou minimizarem estados de opressão. A exemplo do que tem publicado o atual presidente da Fundação Palmares, no Brasil, em suas redes sociais, ao chamar-nos (os que lutamos por democracia participativa e representativa, e pelo combate ao racismo estrutural) de '*militantes vitimistas*' e '*afromimizentos*'.

transpassa, ideologicamente, de forma inconsciente, colocamo-nos em um "[...] polo correspondente que é o leitor. De tal modo isso é assim que cobra-se do leitor um modo de leitura especificado pois ele está, como o autor, afetado pela sua inserção no social e na história." (ORLANDI, 2015, p. 76).

E, nesse 'polo leitor', cabe situar-nos, do lugar/posição de analistas, sendo: latino-americanos; sob um regime sociopolítico brasileiro que o interpretamos como uma agonizante democracia neoliberal, com retoques neofascistas (desde o golpe político à presidência do Brasil, em 2016); militantes por direitos sociais, para todas as vertentes cidadãs, de forma democraticamente participativa; antirracistas; antisexistas; periféricos e subalternizados.

Para tanto, utilizamos as metacategorias de análise: vigilância epidemiológica e vigilância epistemológica. Sendo que por **vigilância epidemiológica** entendemos todos os serviços, processos e produtos de tecnociência, que as instituições da sociedade civil (ou não, dado o atual estado brasileiro militaresco) mobilizam para controlar/avaliar o nível de repercussão social de epidemias, endemias e pandemias, voltadas a garantir a segurança sanitária (como valor ético, em sociais democracias), ou mesmo a segurança da geração/acumulação de capital (como valor político-institucional, em democracias neoliberais). E, por esse foco de análise, selecionamos fragmentos de textos/discursos tematizados por três pestes históricas, sendo: a peste bubônica (*Yersinia pestis*), a febre tifóide (*Salmonella enterica typhi*) e a malária (*Plasmodium vivax, P. falciparum, P. malariae* - recorrentes na América; ou, *Plasmodium ovale* - espécie comum da África).

De outro lado, a **vigilância epistemológica** que se predispõe, também no campo institucional, ao controle/avaliação de conhecimentos que competem, por 'força de verdade', entre aqueles que detêm o poder midiático, político e ideológico (por vieses: evangélico, do agronegócio, do armamento civil, do sexismo/ditadura cisgênero, do patriarcado, da branquitude, da financeirização do capital), em ambiente de pestes. Em ambos os casos, a palavra 'ambiente' é aspecto central do processo do discurso.

Com isso, queremos dizer, pela forma-conteúdo, de como o ambiente se constituiu e tem se constituído no imaginário social, dados seus efeitos

parafrásticos e metafóricos, pelos exemplos de: ambiente de saberes/ambiente de conhecimentos; ambiente natural/ambiente tecnocientífico; ambiente de direita/ambiente de esquerda; ambiente do agronegócio/ambiente rural; ambiente mercadológico/ambiente sustentável; ambiente epistemológico/ambiente epidemiológico; ambiente institucional/ambiente social; ambiente periferizado/ambiente racializado; ambiente elitizado/ambiente civilizado; ambiente de Sul global/ambiente de países em desenvolvimento. Assim,

> A definição de efeito metafórico permite-nos, pondo em relação discurso e língua, objetivar, na análise, o modo de articulação entre estrutura e acontecimento. O efeito metafórico, nos diz M. Pêcheux (1969), é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, lembrando que este deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x como por y. (ORLANDI, 2015, p. 78).

Sob tais vigilâncias, quer materiais, quer simbólicas (no campo da produção discursiva ou de cunho psicossocial), a que temos sido intensamente acometidos, tanto em ambientes periferizados quanto em ambientes institucionais de pesquisa acadêmica, de forma sutil ou incisiva (marcadamente, desde a deposição presidencial, em 31 ago. 2016, por golpe[7], e em 2018, na sucessão ao golpe), é que, assim, nos situamos, para o trabalho com esse aporte teórico-metodológico, uma vez que:

> A análise de discurso permite - na medida em que não procura explicar, tornar inteligível nem interpretar, mas conhecer o funcionamento semântico dos textos - compreender esses processos de significação. E, para que o analista possa compreender esse processo, ele tem de tomar uma posição face à história das ciências. (ORLANDI, 1990, p. 120).

Nessa ação analítica, trabalhamos, simultaneamente, a descrição-interpretação das divulgações historiográficas selecionadas, em tal que, pela forma-conteúdo,

7 Sustentamos essa compreensão no curso da história política brasileira, ocorrida em 31 de agosto de 2016, por enviesamentos jurídicos da democracia neoliberal, de partidarismo de direita, do patriarcado/maçonaria, de conchavos politiqueiros de centro-direita, da tecnocracia, com o objetivo de avançar projetos de privatizações e desestabilização da *res publica*. Estes que se levantam contra: previdência social; estatais nacionais; terras e povos indígenas; comunidades quilombolas; negros favelizados; direitos trabalhistas e constitucionais; estado laico; arte de resistência; professores; institutos, universidades e escolas públicas; jornalistas; movimentos sociais; sindicatos e associações; organizações não-governamentais; serviços de assistência social; serviço público, em geral; institutos e fundações de pesquisa; Amazônia e Pantanal e seus órgãos fiscalizadores; defesa de rios e mares; jazidas; dentre outros ambientes racializados.

> [...] a compreensão engaja a história, isto é, ela 'historiciza' o texto. Desse modo, como, sem considerar a historicidade do discurso, não há compreensão, ainda uma vez reafirmamos a necessidade de considerar o texto em seu contexto e os sujeitos culturais mergulhados nas suas histórias para que haja real exercício de conhecimento. (ibid., p. 203-204).

Com os dispositivos teórico e analítico (ambos, nomenclaturas da análise de discurso franco-brasileira), passamos a apresentar o contexto de nossas análises e discussões.

PESTES CONSTITUINDO AMBIENTES: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Do centro hegemônico do mundo ocidental, iniciamos, para situar efeitos de sentidos sobre a **peste bubônica**, cuja incidência se estendeu do século 14 até a metade do século 17. Tendo como principal agente etiológico a bactéria *Yersinia pestis*, cuja transmissão se dá entre roedores e animais domésticos (gatos e cachorros), e, desses, para as pulgas (*Xenopsylla cheopis*). Com isso, estabelece-se o ciclo de transmissão da zoonose para seres humanos, através da picada de pulgas infectadas. Atacando o sistema linfático, gera a inflamação de gânglios, com inchaços doloridos, chamados de *bubão*. Com a falência progressiva do sistema defesa do organismo, a doença pode evoluir para gangrena das extremidades (mãos e pés), deixando-as escurecidas. Daí, os termos **peste negra** ou **morte negra**.

Divulgada na revista *Super Interessante*, em 2013, a história de um grande incêndio, ocorrido em Londres, nos mostra como grandes tragédias sanitárias e ambientais podem significar arroubos de poder e enriquecimento, para alguns poucos, muito poucos. E, banalização da vida e da morte, para a maioria.

A tragédia do incêndio londrino vinha a rebote de uma peste que acometia de morte 1.000 pessoas por dia, em média.

> Ao fim de 4 dias, 1,8 km^2 da cidade viraram cinzas. A destruição de 13.200 casas deixou 100 mil desabrigados. O episódio ficaria conhecido como o Grande Incêndio de Londres. [...] Tudo começou na noite anterior, na Pudding Lane. Fornecedor de pães da realeza, Thomas Farriner fechou seu estabelecimento, que ficava no primeiro andar de sua casa, às 22h do dia 1º. Quatro horas depois, foi acordado por um funcionário (que dormia no piso de baixo). Os fornos não haviam sido totalmente apagados, e uma brasa alcançou uma pilha de feno que ficava ao lado.

> [...] Em setembro de 1665, **a peste bubônica matava 7 mil pessoas por semana**. O rei tinha deixado a cidade e se instalara em Oxfordshire -, outros, como Samuel Pepys, optaram por ficar e ajudar no socorro.
> Em fevereiro de 1666, o alcance da doença diminuiu e a família real voltou para casa, mas **o fantasma de Peste Negra**, que assombrava a Inglaterra desde o século XIV, ainda estava presente no momento do incêndio. Depois das chamas, Londres nunca mais sofreria com uma pandemia do gênero. "As ruas mais largas e as casas mais afastadas entre si proporcionaram uma melhoria nas condições de higiene", afirma Lisa Jardine.
> Foi **o começo de uma era de ouro** para a cidade. **A economia se desenvolveu e se diversificou**, o que atraiu comerciantes e banqueiros vindos de toda a Europa. O Banco da Inglaterra foi fundado em 1694, na mesma época em que cresciam empresas importantes para a consolidação do império, como a Companhia das Índias Orientais (que começou a receber investimentos de peso). Em 1750, Londres já tinha 4 novos hospitais. E estava pronta para se tornar **a capital do maior império do mundo.** (SILVA, 2013, s/p., grifos nossos).

Em interlocução com Lisa Jardine, pesquisadora em História da Renascença, da Universidade de Londres, essa divulgação historiográfica nos revela nuances de efeitos catastróficos, de uma peste sobre o ambiente urbano, principalmente, por comunidades que se alojavam nos arredores do castelo real. O governo da cidade de Londres, em meio a uma crise política, em que disputavam aristocratas/monarcas e republicanos, mesmo diante dessa tragédia que abatia seus plebeus, assomada ao incêndio, agiu de forma tardia, somente ao perceber que a situação havia saído do controle.

O ambiente que se estabelece entre o político, o sanitário e o incidental, certamente fora agravado por sorte de interesses de uma monarquia liberal, gerida por um rei de 33 anos, sob o tratado *Bill of rights*[8] (declaração de direitos promulgada em 1689), que o definiu, apenas, como um chefe de estado - resultante da Revolução Gloriosa, iniciada em 1688.

Nessa historiografia, temos a metaforização da peste, como um *fantasma* que rondava residências de aristocratas, de suas famílias, que ocupavam áreas suburbanas da cidade. No caso de ser narrada como um espectro, constitui-se uma metáfora do fato real, que, para a maioria

8 Declaração de direitos, instituída em 1689, que garantiu a participação popular no parlamento inglês, por representação indireta de parlamentares. A referida declaração regulou a criação e a cobrança razoável de tributos, bem como vetou a aplicação de punições cruéis e excessivas a seus devedores. Mas também, garantiu a liberdade de porte de arma com fins de autodefesa.

subalternizada, aqueles que sequer tinham registros de seus óbitos, o fantasma se materializava em sofrimento e morte.

> Para nós, este é um sintoma da impossível relação termo a termo entre linguagem/pensamento/mundo. E da irrecusável presença da ideologia atestada na interpretação. O que não invalida, em termos políticos, uma tomada de posição na práxis social. Ao contrário, reforça. (ORLANDI, 2017, p. 218).

Por essa práxis social, a aristocracia experimentava, relativamente à época, problemas com saneamento básico (redes de água e esgotos), descarte de rejeitos, cuja tarefa cabia aos escravizados (que sequer eram considerados humanos). Certamente, nativos brancos pobres, marginalizados pela realeza, em outra medida, sofriam quanto à condição de ausência e exclusão social, amontoados pela urbe.

> As cidades, no medievo, eram densamente povoadas. Os resíduos - fezes, urina e águas fétidas - eram lançados pelas janelas. As roupas eram lavadas raramente e, como consequência, elas ficavam infestadas de pulgas, percevejos, piolhos e traças. (VELLOSO, 2008, p. 1955).

> Neste período, os serviços de limpeza estiveram frequentemente subordinados ao carrasco da cidade e eram executados pelos seus auxiliares. As tarefas ligadas aos restos, inclusive o destino de cadáveres, eram delegadas a prostitutas, prisioneiros de guerra, condenados, escravos, ajudantes de carrascos e mendigos. (ibid., p. 1958).

Registra-se que a coroa britânica fora importante protagonista na economia escravagista mundial, pelo tráfico Atlântico, entre os séculos 17 e 18. Ambiente-base de sua Revolução Industrial, mas também como vetor de grandes epidemias, tanto locais como sobre outros povos, que as navegações carrearam para a Ásia, África e América. Nesses continentes, ambientes de plena sustentabilidade, fortemente baseados em florestas e fontes hídricas, avançava a economia escravagista, e promovia-se o processo de desumanização, degradação e pilhagem de povos colonizados.

Geoeconomicamente, esse é um registro histórico de como o lado de lá da linha abissal epistemológica constituiu o imaginário sobre o ambiente das colônias. Ou seja, pelo lado europeu, hegemônico em livros didáticos, em narrativas históricas. E, isso se processa em uma vigilância epistemológica, daqueles que detiveram e concentraram, no intercurso 'civilizatório', o poder de dizer, de escrever, de letrar-se, para o registro de fatos históricos. Mas, de forma contrária, isentavam-se de vigiar-se epidemiologicamente, como

protocolo de defesa e proteção a *Outras* civilizações encontradas, em suas incursões pelo Novo Mundo.

> O simples contágio do encontro entre humanos daqui e de lá fez com que essa parte da população desaparecesse por um fenômeno que depois se chamou **epidemia**, **uma mortandade de milhares e milhares de seres**. Um sujeito que saía da Europa e descia numa praia tropical largava um rastro de morte por onde passava. O indivíduo não sabia que era uma peste ambulante, uma guerra bacteriológica em movimento, um fim de mundo; **tampouco o sabiam as vítimas que eram contaminadas**. Para os povos que receberam aquela visita e morreram, o fim do mundo foi no século XVI. (KRENAK, 2019, p. 40).

É certo que fenômenos sociais, no campo da História das Ciências, não podem ser analisados isoladamente, pelos fatos que revelam a forma-conteúdo como se institucionalizaram ambientes de tecnociência. Pois, depreendemos que, a exemplo do atual estado de pandemia da Covid-19, grandes tragédias sanitárias e ambientais, via de regra, se valeram de enviesamentos de vigilância epistemológica, para promoverem escaladas econômicas de detentores de poder, na autoria de projetos liberais.

Pelo domínio de povos e terras asiáticas, africanas e americanas, avançava o tráfico daqueles povos para a Europa. Negociatas politiqueiras operavam no entrecomércio de produtos e serviços tecnocientíficos, e agravavam a racialização de povos colonizados, constituindo (e instituindo) um novo ambiente para que poderes hegemônicos inserissem sua proposta de vigilância epidemiológica: sobre corpos dominados.

Tais processos de vigilância, podem ser base propulsora de ambientes, em modernos projetos liberais, conforme informa Vitorio (2021), sobre a perpetuação de novos bilionários, surgidos com o atual estado pandêmico:

> [...] 660 pessoas entraram para a seleta lista de mais ricos do mundo no ano. Mas, se contar apenas o período da pandemia, a partir de março de 2020, foram 493 novatos — ou seja, quase um novo bilionário a cada 17 horas nos últimos 12 meses. (s/p.).

Do fragmento historiográfico, em Silva (2013), vemos contornos ideológicos e sócio-históricos, que impeliram vigilâncias sobre a produção de sentidos daquele ambiente, sendo: ambiente de direita/esquerda (aristocratas *vs*. republicanos); ambiente urbano/rural (a urbe *vs*. Oxfordshire); ambiente de economia primária/secundária (agricultura familiar de subsistência *vs*.

comércio/empresa/hospitais); ambiente urbano concentrado/amplitude construtiva (casas de pobres empareadas *vs*. ruas largas e ventiladas, favorecendo menor nível de contágio). Assim, por tais substratos da história, do Velho Mundo, avaliamos como isso nos alcança na atualidade, atravessando corpos e mentes.

Pelo tom de uma naturalização que, em grande medida, se perfaz, acometendo, sobremaneira, os desumanizados, os que lutam por cidadania, para pertencerem, resistindo no ambiente hostil. A exemplo do que sofremos, no presente, do lugar de populações negras, quilombolas, indígenas, de brancos periferizados, como também de sujeitos LGBTQIA+ não-brancos, se pensarmos em alcance de direitos, em encarceramentos, em suspeição de crimes (nos referimos à 'colonialidade do ver' - cf. BARRIENDOS, 2011 -, em reconhecimentos faciais, por álbuns policiais com fotos de suspeitos), em incursões policiais, em desapropriações, em número de homicídios, em violência urbana/rural, em falta de representatividade de afrodescendentes e de indígenas, na gestão institucional. Sobre tais opressões, pouco pesam preocupações revisionistas em vigilâncias de epistemologias jurídicas, tecnocientíficas ou educacionais. Sobre essas, recai a faceta da suposta neutralidade científica, produzindo ambientes que corroboram o chamado 'estado de natureza' (SANTOS, 2010) a que pertencemos, no Sul global.

Em sequência, ainda daquele fragmento historiográfico, confirmamos o efeito de sentidos que recai sobre marginalizados, ao nos dizer que:

> Nem o rei nem a aristocracia republicana foram atingidos – o local incendiado era ocupado pelas classes menos favorecidas. A classe social atingida explica a quantidade de desabrigados. Também justifica a baixa contagem oficial de vítimas fatais, apenas 9, sem nenhum registro de feridos. 'Os ingleses da época **não tinham o hábito de fazer atestados de óbito para as pessoas mais pobres**, o que inviabilizou qualquer levantamento realista do número de vítimas', diz Jardine. Além disso, o estado em que os restos de muitas das casas ficaram indica que famílias inteiras podem ter morrido carbonizadas, sem possibilidade de identificação. (SILVA, 2013, s/p., grifos nossos).

Para além do efeito sistêmico, causado pela peste, não podemos naturalizar, em aulas de Ciências, em livros didáticos, em formações de professores, ou na Educação Ambiental, a simples formulação **peste negra**.

Uma vez, na pele do europeu, por sua brancura, constitui-se um ambiente de vigilância etnológica, que o projeta como matriz humana universal. Com isso, nossa preocupação terminológica, pois:

> Criam-se assim situações em que se constituem sujeitos, porque se constituem outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares na formação social (E. Orlandi, 2005); ou para que 'territórios de existência possam ganhar corpo' (S. Rolnik, 1997). [...] E, como eles, outros sentidos, outras posições-sujeitos com suas formas de significar. (ORLANDI, 2017, p. 225).

Essa disruptura, que traduz posições-sujeito, naquele viés de vigilância, está no tom enegrecido, pela necrose de órgãos afetados, que configura outro tom em peles negras (pretas, pardas), oliváceas, amarelas, vermelhas ou mestiçadas. Essas que, etnicamente, marcam existências e civilizações *Outras*, conforme cada espaço territorial cerceado pela Europa. Assim, urge outro nível para uma vigilância epistemológica de Sul global, que garanta historicidades, identidades, tecnociências, ancestralidades, existências que lhes são autóctones.

De outro espaço de interpretação, nos remetemos à **febre tifóide,** também acometendo aquele continente, no século 16.

> ...o ano de 1505 parecia longo e difícil, ainda mais com a epidemia de ***Febre Tifoide*** a matar milhares de habitantes nas principais cidades. Dom Miguel refugiou-se em Setúbal, deslocando-se para Santarém, e a seguir, até outros pontos do território, enquanto lhe chegavam narrativas do terror que se instaurara na capital. Em Lisboa, todos os dias era preciso remover **os cadáveres e sepultá-los num valo comum** e profundo [...] Instalaram-se canos para carregar o esgoto, removiam-se as fezes e o lixo comum para a beira das praias, para que o Tejo lavasse e levasse adiante o que fosse possível – encarregava-se o grande rio de limpar a alma e o corpo da cidade. Faziam-se ainda procissões lamurientas e queimava-se alecrim para tirar **a peste** e acabar com os restos dela por toda a parte. O perfume do alecrim, ao mesmo tempo que animava as pessoas, lembrava-lhes a extensão do drama que se vivia. (GALVANI, 2000, p. 250, grifos nossos).

No mesmo cenário monárquico, a nobreza de Portugal se refugiava no interior do país, em áreas rurais, enquanto cadáveres de plebeus e de escravizados eram jogados em *valos comuns*. Esses que eram obrigados a remover fezes e lixos, lançando-os, *in natura*, no rio Tejo.

A **febre tifóide** é uma doença que se agrava, quando sob precárias condições socioeconômicas, estado de pobreza e falta de saneamento básico, fatores de incipiente higiene pessoal e ambiental. Condições recorrentes de populações subalternizadas, em qualquer tempo histórico.

Doença aguda, de origem bacteriana (*Salmonella enterica*, de sorotipo *Typhi*), seu contágio se dá pela ingestão de água ou alimentos contaminados, com coliformes fecais ou urina, em que se aloja a bactéria. Também pode ser transmitida no contato direto (mão-boca) com excreções (fezes, urina, vômito, saliva) ou secreções purulentas de sujeitos infectados. Ou seja, vemos que é uma doença plenamente saneável, caso haja infraestrutura de água potável, rede de esgotos, hábitos de higiene/limpeza e manejo adequado de resíduos, em toda e qualquer comunidade humana, devidamente instruída e educada para tal.

Comum a todas as regiões do continente, Portugal, desde o século 15, acionava fortemente sua economia com um sem-número de escravizados africanos, em um fluxo que se estendia ao Novo Mundo, por contínuas incursões navais. Idas e vindas, pela tarefa colonizadora, que geraram morticínios de civilizações. Segundo matéria veiculada pela BBC News:

> A colonização das Américas no final do século 15 matou tantas pessoas que pode ter alterado o clima mundial.
> Um estudo feito por cientistas da University College London, no Reino Unido, descobriu que a expansão europeia viu a população da região cair de 60 milhões de pessoas (cerca de 10% da população mundial na época) para apenas 5 ou 6 milhões em cem anos.
> **Muitas dessas mortes foram causadas por doenças introduzidas pelos colonizadores**.
> O maior assassino foi a varíola. Outras doenças mortais incluíam sarampo, gripe, peste bubônica, malária, difteria, tifo e cólera. (BBC NEWS, 2020, s/p., grifos nossos).

Incontestavelmente, as maiores vítimas foram indígenas, os originários da terra. Suas comunidades se somavam à chegada de escravizados africanos, estabelecendo-se, para os novos habitantes compulsórios, outra estrutura na Corte: a senzala, em que se multiplicavam acometidos pelas pestes. Vulneráveis, eram amontoados naqueles espaços ermos, escambando trabalho braçal por abrigo, comida e a própria vida. Constituía-se um ambiente racializado, segregado, marginal, que se estenderia até o presente, pela arquitetura de morros, favelas, guetos, palafitas, ou seja, estruturas modernas

do projeto de vulnerabilização político-econômica neoliberal. Infraestruturas tais que costumam se instalar sem qualquer saneamento básico, propiciando um ambiente favorável à disseminação de pestes.

Do lado de cá da linha abissal, um ambiente epistemológico se instaurava, e dava início à institucionalização da tecnociência. Em naus, com proliferação de ratos, cadáveres de escravizados/tripulantes nos porões (quando não lançados ao mar), dejetos e toda sorte de excreções, colonizadores europeus aportavam com seus olhares aguçados à riqueza da terra, ao ouro, aos mananciais, ao clima, mas também aos corpos de sujeitos/as já estabelecidos/as ou traficados/as. Com isso, a pergunta da Coroa: como dominar essa gente em terras tão ricas? “O que encontramos na história conhecida é, desde logo, que essa homogeneização consiste na formação de um espaço comum de identidade e de sentido para a população de um espaço de dominação.” (QUIJANO, 2005, p. 136).

Por isso, que nós, sujeitos/as que trabalhamos em ambientes de pesquisa tecnocientífica, não podemos nos isentar sob o tom de uma ‘pseudo-imparcialidade científica’, como assevera o sociólogo brasileiro Clóvis Moura (1925-2003), pois nos coloca

> ‘de fora’ do problema, e, portanto, não penetram na sua essência, são anódinos, inúteis, desnecessários à solução da questão social e racial do negro e, por isso mesmo, são frutos de uma ciência sem práxis e que se esgota na ressonância que o autor desses trabalhos obtém no circuito acadêmico da qual faz parte. (MOURA, 2019, p. 33).

Por essa discussão, atentamos para o fascismo ambiental ou ‘ecofascismo’, conforme nos advertem Biehl e Staudenmaier (1996), ao avaliarem que: “O surgimento da ecologia moderna forjou o elo final na cadeia fatídica que unia o nacionalismo agressivo, o racismo misticamente carregado e as predileções ambientalistas.” (BIEHL; STAUDENMAIER, 1996, p. 12).

Nesse aspecto, trazemos à pauta o projeto ‘imunidade de rebanho’, aposta do governo federal brasileiro, em 2020, em meio a tanta desigualdade socioeconômica, fome, exclusão social, e vulnerabilidades de todo nível. Com isso, a imunização por contágio, quer por infecção cruzada, quer por vacina (em processo de pesquisa, no curso da decisão política), e que deveria gerar proteção para uma peste com dimensões de pandemia, acabou se

transformando em catástrofe sanitária, alcançando 614.681[9] óbitos (até 2 de dezembro de 2021), no Brasil. Esse número carrega dimensões de genocídio (e epistemicídio), por conta de desmandos governamentais, quanto: ao esvaziamento/desinvestimento da pesquisa acadêmica; ao desrespeito a protocolos orientados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) - distanciamento, isolamento social e uso de máscara; ao não planejamento no fornecimento de suprimentos hospitalares (falta de equipamentos de proteção individual - EPI, oxigênio, kit para intubação de pacientes agravados em condição de tratamento intensivo, dentre outras); à disseminação *fake news* (insistência em tratamentos preventivos, à base de vermífugos e remédio para malária; negação do estado de pandemia; culpabilização de países por terrorismo biológico; movimento anti-ciência; divulgação da infecção como 'gripezinha'); a não aquisição de vacinas em tempo hábil; às aglomerações politiqueiras (cavalgadas, motociatas, comícios) de líderes religiosos evangélicos e de partidos de direita; assomadas, sobretudo, à corrupção que atravessa, desde a colonização, as sucessões de poder no Brasil.

Dessa forma, estabelece-se um ambiente de deformação neofascista, crivado de vigilância epistemológica, que desconsidera existências, apagando ou simulando evidências da vulnerabilidade, da fome, do racismo, da violência, da exclusão, do sexismo, pela bandeira de uma ecologia nacionalista e autoritária.

Por último, pela conformação dessa episteme ecológica, subversiva, ecofascista, nos remetemos a eventos de malária na Austrália e na Polônia, em que:

> [...] um caso em particular borra ainda mais as diferenças entre os nazistas e seus adversários. Aconteceu na Austrália (...). Segundo revelações feitas pelo jornal *Sydney Morning Herald* em 1999, mais de 850 homens foram envolvidos em estudos de malária pelo exército australiano. Em alguns casos, para provocar infecções graves, eles eram injetados com quantidades equivalentes a 13 mil mordidas do mosquito transmissor da **malária**. Alguns recebiam doses múltiplas – o máximo registrado foi 35. E as doses de drogas experimentais contra a doença também eram altíssimas, para que se verificasse seu nível de toxicidade. (NOGUEIRA, 2015, p. 91).
> [...] em Auschwitz, os nazistas também realizavam experimentos de infectologia – simplesmente observando como

9 Disponível em: https://www.who.int/countries/bra/. Acesso em: 2 dez. 2021.

> certas doenças se espalhavam entre os prisioneiros nos diversos campos que compunham o complexo. Quando a epidemia ameaçava escapar do controle, o campo era sumariamente 'encerrado' – todos os seus prisioneiros eram executados nas câmaras de gás (ibid., p. 98-99).

Tendo como vetores mosquitos dípteros, da família *Culicidae*, gênero *Anopheles*, os mesmos se diferenciam por cerca de 400 espécies. No Brasil, as espécies comuns são: *Anopheles darlingi, A. aquasalis, A. albitarsis, A. cruzii e A. bellator*. Dentre estas, a *A. darlingi* se destaca por seu potencial transmissor em humanos. Regionalmente, esses mosquitos podem ser chamados de: carapanã, muriçoca, sovela, mosquito-prego ou bicuda.

Sob a tutela de um viés de vigilância epidemiológica, aqueles países expunham humanos à enfermidade, como massa de descarte, testando a biologia da peste. No caso polonês, o ambiente se constituía, e poderia ser '*encerrado*', conforme a conveniência de quem coordenasse a pesquisa.

Nesse ponto, chamamos atenção para critérios de vigilância epistemológica que operam sobre ambientes forjados, com sujeitos invisibilizados, silenciando-os. E, isso perfaz a discussão da ação ecofascista, privilegiando o ambiente não-humano em detrimento do humano.

Com isso, inferimos que pestes também colonizam e silenciam imaginários relativizando o que é o humano e o não-humano, ambientalmente situados, dadas as múltiplas relações de força e de poder que operam sobre condições de produção de sentidos.

> Dito de outra forma, o mecanismo do silenciamento é um processo de contenção de sentidos e de asfixia do sujeito porque é um modo de não permitir que o sujeito circule pelas diferentes FDs[10], pelo seu jogo. Com o apagamento de sentidos, há zonas de sentidos, e, logo, posições do sujeito que ele não pode ocupar, que lhe são interditadas. (ORLANDI, 1990, p. 52).

Apagam-se, portanto, sentidos sobre tais ambientes, que se constituem a partir de pestes, dissipando relações de interdependência entre humano e não-humano (a exemplo das pestes). E isso porque as formações discursivas (FD) dos sujeitos se afetam por "posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas." (ORLANDI, 2015, p. 42).

10 FD - Formação discursiva.

E, portanto, intervém o hipermidiático, em redes sociais que operam, abertas ou fechadas, para promoverem o controle de sentidos das palavras. Trazemos o exemplo das chamadas 'unidades de conservação', para ambientes medidos quanto à funcionalidade ecossistêmica, ou seja, um recorte epistêmico do real.

Independentemente do tempo histórico, em que se situaram tais pestilências, o certo é que ambientes constituídos por tais eventos operam sobre corpos, mentes, espíritos e territórios de sujeitos vulnerabilizados. Dessa forma, mobilizam-se ambientes interdiscursivos, afetados por níveis de vigilâncias epidemiológica e epistemológica, quer para a continuidade das relações de poder, quer para ampliar projetos de dominação político-econômica, ou quer, ainda, para formular ambientes burgueses ou racializados. Ou seja, pestes também podem ser constitutivas do aprofundamento de renovados pensamentos abissais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual estado pandêmico nos instigou a discussões sobre como ambientes, humanos e não-humanos, vêm se constituindo, a partir de eventos com pestes. E, isso se processou a partir de uma análise discursiva, em espaços e em tempos da modernidade Ocidental, pelo viés de sucessivas colonizações epistemológicas mas também epidemiológicas, para nos referirmos a relações intersubjetivas, linguísticas, políticas, de poder e de força, que operam nas condições de produção socioambientais.

Considerando o avanço de projetos neoliberais, em todo o mundo, coube-nos a busca histórica sobre o efeito de sentidos gerados por tais eventos, dos quais emergiram diversos binarismos ambientais na modernidade Ocidental, como: rural/urbano; civilizado/primitivo; direita/esquerda; centro/periferia; branco/não-branco; científico/intuitivo; dentre outros. Discussão urgente na constituição de linguagens e ensinos críticos, situados, por intersecções de raça e de classe, para acionar uma Educação Ambiental histórico-crítica.

Pela análise discursiva sobre divulgações historiográficas, que popularizam importantes eventos e culturas hegemônicas, subsumem

existências do lado de cá da linha abissal epistemológica, sob enviesamentos de uma vigilância epidemiológica truncada, verticalizada, racializada, sexista, classista, apagando epistemologias de povos originários. Ou seja, interseccionalidades silenciadas que repercutem e que se aprofundam no tempo presente, constituindo o ambiente discursivo sobre quais epistemologias importam.

Dessa forma, cumpre à Educação Ambiental inferir sobre historicidades coletivas, ancestralidades e pluralidades de existências, do cerne da práxis social que resiste a episódios de pestes. Compreendendo, assim, vieses de opressão política, econômica, sanitária, ecológica, racial, tecnocientífica, cultural, de gênero, de classe. Ou seja, revelando sentidos que fizeram ou têm feito operar silenciamentos, apagamentos, omissões, cerceamentos, experimentações antiéticas, usurpações, cárceres, genocídios, vigilâncias e exclusões, bem como o que privilegiou ou tem privilegiado uns/umas em detrimento de outros/as.

Kerexu Yxapyry, mulher indígena, guerreira, mãe e liderança do povoado indígena Itaty, no Morro dos Cavalos, situado no município de Palhoça, no estado de Santa Catarina, em palestra ao evento *Festival Internacional de Cinema Socioambiental – Planeta.doc*, na edição 2018, na cidade de Florianópolis, capital do estado, argumentou que o corpo de seu povo ficaria doente, se o rio Maciambú (curso d'água que corta aquela região) estivesse doente, se a terra ficasse doente, assim como as árvores, o ar e os animais. E, estendendo os braços, a mesma afirmava que todas essas formas de vida são extensões de nossos corpos, de nossas existências. Essa fala nos remete a sentidos de vida dissipados pelas pestes modernas, dado o tenaz trabalho da empresa colonial, pilhando corpos, mentes, espíritos, crenças, mitos, biodiversidade, enfim, mistificando a sistematologia ambiental de povos originários e em diáspora, ante as riquezas ambientais no Sul global. Ou seja, importantes pontos de articulação para ensinos e pesquisas sobre o que poderíamos chamar de 'ambiente efetivo liberal' e 'ambiente orgânico integral', transcendendo categorias como: sustentável, preservacionista,

conservacionista, que vêm sendo, sutilmente (ou nem tanto[11]), ressignificadas por projetos neoliberais.

Dessa análise, pelo advento de pestes constituindo 'ambientes', degrada-se a condição humana subaltenizada, ao racializar corpos, mentes e espíritos, quer sejam humanos, ou quer não-humanos; bem como seu acirrado processo de capitalização, arrolado na contabilidade científica pela rubrica 'recurso'. Mas, essa contabilidade neoliberal é capaz de incluir, também, aqueles/as que persistem nesses espaços-tempos, com suas formas, gestos e modos de resistir a tais eventos. E isso nos revela uma dialética pós-colonial constitutiva do 'ambiente' Sul global, tanto nas intencionalidades de coisificar-nos como de sintetizar nossas singularidades plurais de existência. Foco privilegiado de debates para uma Educação Ambiental histórico-crítica.

Nesse sentido, urge um ver/olhar acurado (e aqui tomamos o símbolo ideográfico Adinkra, a *Sankofa*: signo de uma ave que olha para trás – com origem na África Ocidental, dos povos akan), para a historicidade do humano e do não-humano postos às margens, em ambientes renegados, periferizados, subalternizados, ou seja, em ambientes que têm abrigado formas, gestos e modos de viver e existir outrificados. Isso pode revelar variáveis e categorias interseccionais, para tecnociências decoloniais, de resistência, como imanência constitutiva de uma Educação Ambiental de Sul global. Ou ainda, por ecossociologias situadas, em insurgências dessa Educação Ambiental dissidente, em âmbitos formal, não-formal ou informal/incidental. Assim, vendo/olhando o passado para co-construir o presente, e assegurar, coletiva e

11 Em reunião ministerial, no Brasil, o ex-ministro do Meio Ambiente (entre 2019/2021) defendeu em sua fala: "*O emaranhado de regras irracionais atrapalha investimentos, a geração de empregos e, portanto, o desenvolvimento sustentável no Brasil.*" (em 22 de abril de 2020). Analisamos, dessa fala, a forma-conteúdo de funcionamento de poderes ultraliberais e de forças mercadológicas, em que, o referido ex-ministro, homem branco elitista brasileiro, defende que o governo federal deveria promover uma '*baciada*' (derivando a palavra 'bacia', ao referir-se a um pacote de permissividades politiqueiras, em termos de leis e decretos) de regras de controle/alteração de áreas verdes sensíveis (ex. garimpos, grilagens e extrações ilegais de madeira, na Amazônia, no Pantanal, bem como agronegócio, mineração em terras indígenas - que aguardam o processo de demarcação; assim como desmonte e sucateamento de órgãos fiscalizadores). E, com isso, o mesmo ainda incita que se deixasse passar a '*boiada*' (por manada, gado, valendo-se do termo no mesmo sentido de arbitrariedades), para oportunizarem-se do fato de a população e a mídia jornalística estarem voltadas ao caos pandêmico, para operar injustas relações de força e de poder, silenciando e apagando existências, em comunidades historicamente racializadas, vulnerabilizadas, subalternizadas.

solidariamente, elos semânticos de vida efetiva e afetiva, para um futuro eco-ontologicamente situado.

Para tanto, o que buscamos se afirma para aquém de um novo léxico de 'ambiente', que não o afete somente em nível de linguagem (em nuances meramente discursivas), mas, principalmente, por sentidos práxicos, mobilizando intersubjetividades epistêmicas, acionando pluriversidades, e inferindo currículos, em corpo, mente e espírito, para uma Educação Ambiental de resistência. E, isso se processa na cultura de usufruto originário da Terra, que compreende ancestralidades vegetal e não-vegetal, como poética mas também política.

Assim, a perspectiva de integralidade que advém daqueles/as que militam, de sua natureza de existir (sem qualquer intelecção dicotomizada), em '*Terrexistência*'[12], pela concepção de justiça biocósmica, e, portanto, sócio-cognitivo-ambiental. Importante atributo dessa constitutividade que defendemos, pela precedência do planeta Terra (e o conjunto cósmico a que se integra) relativamente ao humano; pois, nossas existências, ao constituirem quaisquer fatos ecossistêmicos, funcionam do lugar/posição de variáveis dependentes, em estruturas ecológicas.

Mas, contrariamente a isso, mapeando o fascismo epidemiológico, em paralelo com o epistemológico e sociopolítico, deflagramos uma ilusória condição de defesa sanitária, pelo corpo sociopolítico, uma vez que todos somos levados ao isolacionismo em relação à outridade, relegando práticas culturais sedimentadas. Com isso, gestos e sensos de solidariedade e convivências se apagam, sob o tom de ilusórias 'imunização' e salvaguarda, diante da proximidade/possibilidade de morbidez/mortalidade que constitui ambientes de pestilência. E, em tais ambientes, instituem-se os *loci* de poder e de força, individuando posições-sujeito, e, portanto, suas formas-conteúdos de ser e estar ante eventos epi-pandêmicos.

Por essa inferência, sobre subjetividades que se formulam, evidenciamos que o contraponto está em nós (sob cruzadas colonialidades), e

12 Referimo-nos à poética e à política contidas nos sentidos da música *Territoriania*, lançada em 3 de abril de 2020, por Celso Sánchez, Janderson Sánchez e Bruno Monteiro, integrantes da banda *Disrhythmia in blues*, em seu canal no YouTube. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=CODrmHIWByA. Acesso em: 9 dez. 2021.

eclode para o ambiente externo, em situações e contextos muito peculiares e favoráveis (como o presente); e, mesmo estando entre nós, colonizados, a peste, latente e inerte, eclode, como uma oportunista do acaso, acirrando relações de força e poder, já estabelecidas.

Em espaços de Educação Ambiental (pela auto-educação, quanto a coletivos), precisamos trazer à tona sentidos sobre produções tecnocientíficas, ao considerarmos existências humanas e não-humanas, pelo Sul global. Bem como sua forma-conteúdo tem produzido sentidos em democracias liberais, nas quais alguns acessam certos tipos de cidadania, que o ambiente capitalizado institui, e Outros sequer conseguem alcançá-las, por sua condição de práxis social subalternizada.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. S.; GUIMARÃES, M.; SÁNCHEZ, C. Interculturalidade e educação ambiental: possibilidades e desafios com a cultura Guarani. **Rev. de Educação Pública**, [S. l.], v. 29, jan/dez. 2020. p. 1-16. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/7356. Acesso em: 1 dez. 2021.

BARRIENDOS, J. La colonialidad del ver: hacia un nuevo diálogo visual intere-pistémico. **Nómadas**, Colômbia, n. 35, p. 13-29, out. 2011. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105122653002. Acesso em: 15 ago. 2021.

BBC NEWS. Cinco epidemias que ajudaram a mudar o rumo da história. **BBC News Brasil**, 22 mar. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-51961141. Acesso em: 9 set. 2021.

BIEHL, Janet; STAUDENMAIER, Peter. Ecofascism: lessons from the German experience. **The anarchist library**, 1996. Disponível em: https://theanarchistlibrary.org/library/janet-biehl-and-peter-staudenmaier-ecofascism-lessons-from-the-german-experience.

GALVANI, Walter. **Nau Capitânia:** Pedro Álvares Cabral: como e com quem começamos. Rio de Janeiro: Record, 2000.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Palavras negras).

NOGUEIRA, Salvador. Ciência Proibida: as experiências científicas mais perigosas, assustadoras e cruéis já realizadas. *In*: GARATTONI, Bruno (Ed.). **Rev. Super Interessante**, São Paulo, ed. esp., Jun. 2015.

ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista!**: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1990. (Biblioteca da educação, série 5. Estudos de linguagem, v. 5).

QUIJANO, A. Colonialidade, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ed.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RUFINO, L.; CAMARGO, D. R.; SÁNCHEZ, C. Educação Ambiental *desde el Sur*: a perspectiva da Terrexistência como política e poética descolonial. **Rev. Sergipana de Educação Ambiental**, Sergipe, v. 7, n. esp. p. 1-11. Disponível em: https://doi.org/10.47401/revisea.v7iEspecial.14520. Acesso em: 1. dez. 2021.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2020.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SILVA, A. Como foi o Grande Incêndio de Londres. **Rev. SuperInteressante**: História, 2 fev. 2013. Disponível em: https://super.abril.com.br/historia/o-grande-incendio/. Acesso em: 9 set. 2021.

VELLOSO, M. P.Os restos na história: percepções sobre resíduos. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 13, n. 6, dez. 2008. p. 1953-1964. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000600031. Acesso em: 9 set. 2021.

VITORIO, T. Bilionários ficaram US$ 5 trilhões mais ricos em meio à pandemia de Covid-19. **CNN Brasil Business**, 6 abr. 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/mesmo-com-a-pandemia-da-covid-19-bilionarios-ficaram-us-5-trilhoes-mais-ricos/. Acesso em: 10 set. 2021.